

**O EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ORÇAMENTO
FAMILIAR DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS**

THAMILA MARIA MOLITERNO DE SANTANA FREIRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

CLÁUDIO PILAR DA SILVA JÚNIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

O EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ORÇAMENTO FAMILIAR DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

1.INTRODUÇÃO

A modalidade de empréstimo consignado foi instituída no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no ano de 2003, pela lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 (BARONE; SADER, 2008). Essa modalidade consiste no desconto em folha de pagamento, das parcelas de empréstimos tomados por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e servidores das esferas federal e municipal, que não deve comprometer mais do que 35% de sua renda, taxa determinada pelo Banco Central. Dos 35% de margem que devem estar disponíveis para tomada de crédito, 30% estão destinados para empréstimos pessoais e 5% para aquisição de cartões de crédito.

Desde aquele ano, o valor pago nesta modalidade de crédito, somente no caso de aposentados e pensionistas do INSS, cresceu consideravelmente, passando do valor de cerca de mais de um bilhão e meio de reais no ano de 2004, para cerca de trinta e oito bilhões de reais pagos em contratos de empréstimos averbados pelo INSS, em 2017 de acordo com dados divulgados pela Coordenação Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios – CGGPB.

Em suma, considerando o período de 2004 até 2017, o número de contratos ainda ativos somava um valor próximo à noventa e oito bilhões de reais. O aumento significativo do valor pago em consignados para pensionistas e aposentados do INSS, no período citado, pode ser explicado pela facilidade em se realizar esse tipo de empréstimo, cabendo apenas ao aposentado/pensionista ter margem para realização da operação financeira e munido de documentação que comprove identidade e renda. Ademais, as taxas de juros são mais baixas do que em outras modalidades de crédito, chegando no máximo a 2,08% ao mês para aposentados/pensionistas do INSS (MORA, 2015).

Entretanto, apesar de sua fácil contratação e taxas de juros mais baixas, os efeitos do empréstimo consignado para os seus tomadores não são nada positivos. Pesquisas voltadas para este tema (DUARTE; CAMPOS, 2013; SOUZA; MORETTO, 2014; VASCONCELOS; SILVA; FONTES, 2017) apontam que muitos dos que contraem o crédito consignado, o fazem por consequência da má administração de renda, por falta de conhecimentos sobre como funciona este tipo de crédito, como as taxas reais praticadas e do conteúdo dos contratos assinados, e a falta de planejamento prévio para a aquisição do crédito, resultando em endividamento e comprometimento real da renda, pelo período que durar a contratação desse tipo de crédito.

Acredita-se que essas implicações negativas, para aposentados e pensionistas em especial, são resultado da falta de acesso a uma educação financeira, a qual poderia habilitá-los a tomar decisões que não comprometam a sua renda (SOUZA; MORETTO, 2014; HUBERT, 2016; CARLS; DALRI, 2015). Quando o governo Lula modificou a lógica do crédito, de produtivo para popular, com o objetivo de incentivar o consumo e, assim, aquecer a economia, a taxa de famílias endividadas entrou em um ciclo de crescimento e a falta de políticas públicas que orientassem, principalmente, aquelas pertencentes a baixa renda, resultou em um sério risco ao seu desenvolvimento econômico e social (BARONE; SADER 2008).

Para agravar esse quadro, com a advento da nº lei 10.954/2004, que alterou o artigo 6º da lei nº 10.820/2003, permitiu-se o desconto em folha também dos benefícios previdenciários dos aposentados e pensionistas do RGPS, aumentando essa modalidade de empréstimo, principalmente entre aqueles que recebiam um valor equiparado a um salário mínimo (PORTO, 2014).

Dessa forma, é importante averiguar o fenômeno do crédito consignado no país, seus riscos ou possíveis benefícios para os seus tomadores. Por esse motivo este trabalho buscará responder à seguinte questão: **quais as consequências dos empréstimos consignados em folha para os aposentados e pensionistas do INSS, residentes na cidade de João Pessoa?** Adicionalmente, este artigo teve por objetivo principal identificar as consequências da tomada de empréstimo pelos aposentados/pensionistas do INSS na cidade de João Pessoa.

Especificamente no Estado da Paraíba, o número de benefícios recebidos entre aposentadorias e pensões do INSS, desde 2005 até 2018, somam um total de 729.061 mil, os quais somam um valor pago de mais de 2 bilhões de reais, sendo 85,50 % desses benefícios no valor de até um salário mínimo. Esse último dado coincide com o valor em comum pago pelo INSS para a maioria dos beneficiários do país. Esses cidadãos, muitas vezes fragilizados diante de uma situação financeira desfavorável, são as principais vítimas de um sistema precário de políticas públicas ineficientes, principalmente, no que diz respeito à saúde e educação (NOBREGA, 2011).

Por essa razão é importante, do ponto de vista social, expor os riscos do crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS, por se caracterizarem como a parcela da população com a maior probabilidade de ser tornarem vítimas da falta de orientação quanto às vantagens e desvantagens do crédito consignado. Além dos riscos apontados anteriormente, é fundamental justificar este trabalho de modo que venha demonstrar, em forma de um estudo, as principais consequências que o empréstimo descontado em folha pode representar para as famílias daqueles beneficiários, e como o acesso à educação financeira pode influenciar na tomada de decisão no que concerne a decisão de realizar, ou não, um empréstimo.

Além desta introdução, o presente artigo está dividido em quatro seções: a primeira onde será exposta a revisão de literatura, a segunda tratará dos procedimentos metodológicos abordados para a sua realização, a terceira dos resultados encontrados, e, por fim, as conclusões alcançadas no estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A Educação Financeira e sua relevância no contexto econômico atual tem sido debatida em nível global com crescente intensidade, sob perspectivas e aspectos distintos em diversos países. Essa discussão iniciou-se a partir de mudanças nos âmbitos econômico e sociopolíticos mundiais, intensificadas com o fenômeno da globalização, a qual modificou o panorama global impulsionando a revolução tecnológica que atingiu os serviços financeiros oferecidos atualmente (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

A seguir serão discutidos os conceitos e a evolução do debate sobre o papel da educação financeira no cenário econômico financeiro atual, o planejamento e o orçamento familiar e, por fim, a relação entre orçamento, consumo e endividamento.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Por educação financeira, entende-se ser um processo de desenvolvimento da compreensão, por parte dos indivíduos, sobre os produtos oferecidos no mercado financeiro, os seus riscos e benefícios, o que os permite tomar decisões melhor embasadas e seguras sobre qualquer ação que venham a realizar com o seu dinheiro (POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013).

Portanto, quando o indivíduo desconhece um produto/serviço financeiro, a probabilidade de haver complicações para o seu orçamento no futuro é uma possibilidade real. Desse modo, a educação financeira tem como um de seus principais benefícios, capacitar o indivíduo para que

possa elaborar orçamentos condizentes com sua realidade financeira, evitando o endividamento e o superendividamento (BARBOSA; SILVA; PRADO, 2014).

Os riscos socioeconômicos da ausência de investimento em programas que fomentem a educação financeira e sua relevância no contexto econômico atual têm sido debatidos em nível global com crescente intensidade, sob perspectivas e aspectos distintos em diversos países. Essa discussão iniciou-se a partir de mudanças nos âmbitos econômico e sociopolíticos mundiais, intensificadas com o fenômeno da globalização, a qual modificou o panorama global impulsionando a revolução tecnológica que atingiu os serviços financeiros oferecidos atualmente (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Esses serviços exigem dos usuários um nível de conhecimento cada vez maior de suas funcionalidades e utilização, pois estão se tornando mais complexos. O desconhecimento da população nessa área é motivo de preocupação por parte diferentes governos, pois as más decisões de cunho financeiro podem afetar o desenvolvimento econômico de um país, principalmente, diante de cenários de crise.

Portanto, o debate sobre a elaboração e implantação de programas que eduquem e habilitem a população a usar, de forma responsável e consciente, os produtos disponíveis no sistema bancário é importante para estabelecer o crescimento socioeconômico de qualquer país que deseje continuar competitivo frente ao mercado internacional. A partir da identificação dos grupos sociais que mais precisam de orientações financeiras é que se poderá agir em prol de uma sociedade mais equilibrada economicamente, pondo em prática a construção de ações voltadas para a sua instrução nesse setor (ATKINSON; MESSY, 2011).

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTO FAMILIAR

O planejamento das finanças, seja pessoal ou familiar, é indispensável para o indivíduo, pois em vistas do risco do frequente apelo ao consumo pela mídia e pressão social, da facilidade de obtenção de créditos e do pouco conhecimento financeiro dos brasileiros, especificamente, todos esses elementos resultam em situações de endividamento (GAIOTTO; SARRES; CAMPOS, 2017). Por essa razão, o planejamento financeiro deve configurar-se como ferramenta importante para o equilíbrio das despesas familiares e deve-se ter objetivos, metas e planos claros para que se tenha sucesso em sua elaboração e posterior acompanhamento e controle.

Conforme Busetti (2012), o planejamento deve ter um propósito claro, considerando a aposentadoria e a propensão ao risco do núcleo familiar, contabilizando gastos de cada membro e o impacto de um eventual descontrole financeiro, devendo o risco ser bem definido com a intenção de direcionar esforços para realizar investimentos futuros.

Adicionalmente, por meio do planejamento as famílias podem adequar seus rendimentos de acordo com suas reais necessidades, além de poder acompanhar melhor os seus gastos, eliminando aqueles de carácter supérfluo e planejar futuros investimentos, evitando dívidas e realizando seus objetivos de vida.

Nesse sentido, o orçamento também é importante. Este é definido por Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) como uma planilha onde são anotados e acompanhados todos os gastos e despesas de uma pessoa ou família. Entretanto, segundo Leal e Nascimento (2012), poucas famílias têm o hábito de anotar e controlar os seus gastos.

Além disso, a tarefa de elaboração de um orçamento e o seu controle pode não ser fácil, pois na elaboração de um orçamento, devem ser fornecidas todas as informações possíveis sobre quaisquer gastos realizados ao longo de um período, verificando se suas receitas e despesas se

equilibram. Nesse sentido, esse processo deve envolver todos os membros de um grupo familiar, além do compromisso e disciplina pessoal para que seja cumprido.

Portanto, o modo como as famílias organizam suas finanças pode auxiliar no desenvolvimento de uma percepção maior e real de sua atual situação financeira, evitando consequências financeiras indesejadas. Os resultados encontrados através das análises realizadas por Miotto e Parente (2015) em São Paulo, por exemplo, demonstraram que muitas famílias fazem o controle das despesas de algum modo, mas poucas realizam um planejamento financeiro.

2.3 ORÇAMENTO, CONSUMO E ENDIVIDAMENTO

Até meados dos anos 80, o Brasil enfrentava um momento de instabilidade econômico-financeira, em virtude do crescente aumento da inflação norte americana, com uma hiperinflação que chegou a mais de 100% no ano de 1981, inibindo o crescimento do país e afetando o consumo dos brasileiros. O plano Real, criado em 1994, foi considerado um sucesso após sucessivos planos de estabilização econômica (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I/II), por conseguir no seu período inicial de implantação, equilibrar a situação cambial e a inflação.

Como efeito do equilíbrio trazido inicialmente pelo novo plano econômico nos anos 90, alcançou-se a estabilização da inflação, a volta do crescimento econômico, pelo menos nos três primeiros anos do novo plano, e de acordo com Batistella (2014, p.11): “Essa melhora no cenário econômico possibilitou reduções nas taxas de juros, reduções e isenções em impostos, aumento do crédito, dentre outros fatores que contribuem para a expansão do consumo”. Esse novo cenário econômico possibilitou um aumento do consumo de massa, estimulado por uma maior facilidade na aquisição de crédito e pela política de juros menos agressiva, o que possibilitou a participação da classe C como o mais novo perfil de classe consumidora no país (BATISTELLA, 2014).

Embora desde a implantação do Plano Real até os dias atuais o Brasil tenha passado por momentos de crise (crises cambiais em 1999, 2001 e 2002 no governo FHC e em 2008 no governo Lula) que abalaram os cenários político e econômico do país, é seguro afirmar que a sociedade brasileira passou por inúmeras transformações e reconfigurações em sua estrutura social, principalmente no governo de Luís Inácio Lula da Silva (PIRES, 2012). No ano de 2012, já no governo de Dilma Rousseff, 20% da população da classe baixa havia migrado para a classe média, a qual formava na época 53% da população brasileira e com a política do governo da época, de incentivar a tomada de crédito e do consumo dos brasileiros aquecendo assim a economia, refletiu na saúde financeira dos brasileiros.

Com relação a facilidade de crédito e o consumo, Gaiotto, Sarres e Campo (2017) ao pesquisarem sobre o comportamento financeiro e orçamentário de famílias da classe C da cidade de Maringá, no Paraná, consideraram que essas duas variáveis juntas são responsáveis pelo endividamento de muitas famílias brasileiras, pois financiamentos, créditos consignados e cartões de crédito estão entre as possibilidades de obtenção de crédito que foram facilitados pelo governo, para o consumidor brasileiro. Quando se depara com essa ampla gama de produtos e serviços ofertados pelo mercado, o qual oferece múltiplas formas de pagamento, o indivíduo pode ser influenciado facilmente a consumir mais do que a sua renda permite.

Gaiotto, Sarres e Campo (2017) ainda identificaram que a elaboração de um planejamento e de um orçamento familiar foram benéficos para o controle do consumo e prevenção ao endividamento, já que pelo menos 63,5% das famílias realizavam planejamentos financeiros para suas famílias e 59,6% delas não gastavam mais do que recebiam.

Os resultados apurados confirmam que ter responsabilidade com o uso dos cartões de crédito e resistir aos apelos do consumo são importantes para que o indivíduo tenha a possibilidade

de direcionar uma parte da renda para poupança ou investimentos, de forma a estar preparado para eventuais emergências.

O mesmo cenário não foi visto por Santos e Silva (2014), que ao estudarem a relação entre planejamento financeiro e endividamento familiar nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe, questionaram aos respondentes se já haviam ouvido sobre educação financeira, e em ambas as cidades o percentual de resposta negativa foi consideravelmente alto (40,77% na cidade de Sergipe e 52,31% na cidade da Bahia). O desconhecimento da população sobre o tema e suas consequências foram perceptíveis nos resultados obtidos a população das duas cidades fazia algum tipo de controle financeiro, principalmente, por meio de anotações em caderneta (41,54% em Sergipe e 36,92% na Bahia).

Apesar desse controle, mesmo que simples, na Bahia 33,85% dos respondentes possuíam de 40% a 60% da renda comprometida em comparação com Sergipe, no qual a maioria dos respondentes (26,15%) possuíam de 20% a 40% da renda comprometida. De fato, os baianos se declararam em sua maioria endividados, enquanto que os sergipanos estavam mais equilibrados com relação à renda. Entretanto, em ambos os Estados, o orçamento das famílias estava comprometido com gastos com alimentação, seguido de despesas com uso do cartão de crédito e a aquisição de empréstimos.

Os números apresentados mostram que técnicas de educação financeira poderiam ser de grande auxílio na prevenção ao endividamento das famílias estudadas, para conscientizá-las sobre o uso mais regrado do cartão de crédito, organizar melhor o orçamento para direcionar os gastos com alimentação e outros itens de necessidade e pesquisar sobre as diversas oportunidades de empréstimo, com atenção as taxas praticadas, para que não sacrifiquem sua renda.

Portanto, o que os estudos citados demonstram é que a relação entre o planejamento e orçamento familiar com a natureza do consumo das famílias brasileiras e o seu endividamento é algo que precisa ser discutido, objetivando uma evolução no nível de educação financeira dos consumidores brasileiros, principalmente nas regiões do país onde há desequilíbrio entre renda e consumo.

3. METODOLOGIA

Nesta seção será abordada a metodologia utilizada para a realização do estudo. Este possuiu uma abordagem qualitativa, a qual, de acordo com Godoy (1995, p.21): “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte”, no qual o pesquisador vai a campo, para observá-lo em todas as suas idiossincrasias. Dessa forma, com o intuito de compreender aspectos importantes da motivação do público alvo da pesquisa em obter um crédito financeiro e, entendendo que esta decisão envolve não apenas o fator econômico, mas o social, diante da subjetividade das relações humanas e sua relação com o dinheiro, buscou-se analisar os diversos pontos de vista dos aposentados e pensionistas sobre as vantagens e desvantagens do empréstimo consignado no contexto familiar.

Dentro do universo analisado, o presente estudo abordou 8 aposentados e pensionistas do INSS, sendo as entrevistas realizadas no período entre agosto e setembro de 2018, no centro de João Pessoa, local com grande concentração de agências bancárias, com o auxílio de um gravador, por meio de expressa permissão dos participantes. O número de entrevistas não foi pré-fixado inicialmente, pois pretendeu-se fazer uma identificação do perfil necessário para a realização da pesquisa, de modo que não houvesse interferência nos dados e informações que foram colhidas.

A técnica fundamental para o levantamento de dados foi a entrevista, utilizando-se como instrumento de coleta de dados um roteiro semiestruturado. O roteiro elaborado em estudo sobre

consumo de crédito e superendividamento realizado por Hubert (2016) serviu como base para o atual roteiro deste artigo, sendo ele organizado em três etapas que buscaram responder os objetivos específicos norteadores do presente estudo. A primeira focada nos aspectos sociodemográficos, para a análise do perfil dos entrevistados e o cruzamento desses dados com outros colhidos na pesquisa, a segunda para verificar as noções de educação financeira e sua relação com a aquisição de empréstimos consignados e a terceira, referente às consequências e percepções sobre o empréstimo consignado contratado pelos respondentes, sendo estas positivas ou negativas.

O levantamento dos dados ocorreu por amostragem não-probabilística e intencional, que de acordo com Gil (2002, p. 145) é aquela “em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa”. No tocante à análise e interpretação dos dados coletados, esta foi realizada pela análise de conteúdo das entrevistas coletadas por meio de gravação, transcrevendo-se o seu conteúdo ao final da pesquisa. Segundo Mozatto e Grzybovski (2011, p.4), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados”.

Dessa forma, ocorreu a análise de conteúdo qualitativa das informações extraídas a partir das respostas dos participantes da pesquisa, criando-se categorias para melhor análise do *corpus* textual, colhido com base nas técnicas da análise de conteúdo de Bardin (2006). O processo de análise proposta por Bardin (2006), constitui-se de três fases de acordo com Mozatto e Grzybovsky (2011, p.5): “1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação”. Partindo-se dessas etapas primárias, foram feitos os recortes das unidades de significado do texto após a análise do mesmo, e a partir dessa etapa, estabelecidas as categorias temáticas que nortearam o estudo do conteúdo presente nas falas dos entrevistados, sendo elas: a) Contratação de Empréstimo; b) Finalidade do crédito e; c) Percepção do consignado.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS E IMPLICAÇÕES

4.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Por meio dessa categoria, buscou-se verificar possíveis diferenças na realização de empréstimos por parte dos respondentes, no tocantes às variáveis dispostas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Perfil dos Entrevistados

Gênero	Idade	Ocupação	Renda Familiar	Valor Benefício	Moradia	Renda Extra	Divide moradia	Filhos
E1. Masculino	68	Aposentado	4 salários mínimos	2 salários mínimos	Própria	Não	Sim (esposa e filha)	3
E2. Feminino	68	Aposentada	2 salários mínimos	1 salário mínimo	Própria	Sim	Sim (esposo e filha)	3
E3. Feminino	66	Aposentada	1 salário mínimo	1 salário mínimo	Própria	Não	Sim (filha e neto)	4
E4. Feminino	69	Aposentada	2 salários mínimos	2 salários	Própria	Não	Sim(esposo)	3
E5. Masculino	68	Aposentado	4 salários mínimos	2 salários	Própria	Não	Sim(esposa)	3

E6. Feminino	67	Aposentada	2 salários mínimos	1 salário	Própria	Não	Sim (com esposo e neto)	1
E7. Feminino	67	Pensão/ aposent.)	3 salários mínimos	2 salários	Própria	Não	Sim (filha)	3
E8. Feminino	68	Aposentada	2 salários mínimos	1 salário mínimo	Cedido	Não	Sim (esposo e filha)	3

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação ao gênero dos respondentes, a amostra se constitui em maior número de mulheres em comparação com os homens, em um total de seis mulheres para o total de dois homens que responderam à pesquisa. Embora, de acordo com a Secretaria da Previdência Social, as mulheres figurem como maioria na realização de empréstimo, como retrata o resultado acima, não é possível concluir que essa também seja a realidade da cidade de João Pessoa - PB, em virtude do pequeno universo estudado. No que se refere a faixa etária entre os tomadores de crédito, esta figura-se entre uma média de 66 a 69 anos. Com relação à ocupação, à exceção de uma respondente que declarou receber, além da aposentadoria, uma pensão, os demais recebem apenas aposentadorias pelo INSS.

Como é possível verificar, não há entre nenhum dos indivíduos participantes, uma pessoa que receba como pensão ou aposentadoria, mais do que dois salários mínimos. Quanto à questão de moradia, sete entrevistados afirmaram possuir residência própria e apenas um deles reside em moradia cedida por familiares/terceiros.

No que diz respeito à renda familiar média, em sua maioria os entrevistados declararam possuir até dois salários mínimos, ficando o cálculo da média da renda de todos os respondentes aproximadamente em 2,5 salário mínimos de renda familiar fixa. Apenas um dos respondentes afirmou que recebe aposentadoria e pensão em conjunto, como também apenas um deles afirma ter uma renda extra complementar à aposentadoria que recebe.

É importante destacar que todos os indivíduos informaram dividir a moradia com parentes, sendo eles filhos ou netos, que constituiu um fenômeno abordado no estudo de Souza e Moretto (2014), sobre os motivos e razões dos aposentados e pensionistas do INSS para recorrerem ao consignado. As autoras, ao analisarem a categoria “background familiar” verificaram que muitos dos indivíduos do seu estudo também dividiam a moradia com demais parentes e adquiriram empréstimos para auxiliá-los, sentindo-se “empoderados” quando o faziam. No presente estudo, alguns dos entrevistados também citaram como razão da tomada de crédito, principalmente, o auxílio aos filhos.

4.2 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Com relação à categoria “contratação de empréstimos” pode-se perceber de acordo com a maioria das respostas que, com efeito, aqueles que fizeram um empréstimo consignado, o fizeram mais de uma vez e afirmam ter tido conhecimento desse serviço por meio de amigos ou conhecidos, fruto da popularização do serviço, a partir do governo Lula em 2003. Entretanto, dois dos oito entrevistados destacaram o contato direto com bancos ou correspondentes bancárias, por meio de ligações recebidas dessas instituições, ou informações recebidas através dos gerentes dos bancos que frequentam:

E2: Conheci o empréstimo consignado com uma amiga que tinha uma filha gerente de banco. Lá me falou como era e como funcionava, e aí eu me interessei. Me pareceu ser bem fácil pra conseguir dinheiro. Melhor do que pedir, né?

E5: Eu conheci pelos bancos. Eles ligam muito minha filha. Tem eles e os “representante bancário”. Ligam demais.

A entrevistada E5 menciona um fato importante: as ligações recebidas de bancos e correspondentes que buscam esse público para alcançar metas internas. A vulnerabilidade desse público é preocupação de Porto (2014, p.119), que aborda a prática por vezes abusiva do repetitivo contato com o consumidor até que consiga a venda/fechamento de um contrato e alerta para o alto número de fraudes das quais o aposentado ou pensionista é vítima.

É por essas irregularidades que ocorrem no meio do consignado que muitos dos entrevistados também alegaram ter sido acompanhados por filhos, em sua maioria, não somente por se julgarem-se leigos no respeito a assuntos financeiros, como também pela segurança que sentiam ao serem acompanhados por alguém de confiança, pela razão de estarem cientes sobre golpes ou fraudes recorrentes nos noticiários. A necessidade de informação sobre o serviço bancário contratado para evitar tais ocorrências é destacada pelos respondentes, os quais julgaram ter sido bem informados sobre os empréstimos adquiridos:

E3: Fui, fui sim. Minha filha foi comigo quando precisei tirar um. Porque eu me sinto mais segura, entende? A gente não sabe muita coisa desses “negócio” de banco mas eu fui com ela e ela me ajudou, perguntou tudo. Eles foram bem atenciosos, explicaram tudo bem explicadinho, porque eu tenho muito medo de fraude. E só tenho a minha aposentadoria. Mas falaram das taxas, dos prazos, de como ia receber meu dinheiro, como funcionava tudo.

E8: Sim. com certeza. Eles me mostraram tudo e meu filho perguntou muita coisa a eles, então acho que isso ajudou, porque eu não entendo muito dessas coisas, eu não ia saber o que perguntar direito.

E4: Olha, informado eu acho que eu sempre fui, sempre. Porque é um banco também sério né? É conhecido. O gerente lá me disse tudo, mostrou tudo. E eu fui com minha filha só pra garantir.

Considerando que o conceito de educação financeira da OECD que passa pela compreensão dos produtos e conceitos financeiros e o acesso a informações claras e objetivas, que permitem os usuários se tornarem mais confiantes e conscientes quanto aos riscos inerentes aos produtos financeiros (ATKINSON; MESSY, 2011), pode-se perceber pela fala do entrevistado que no tocante ao critério de informação, há confiança nas informações recebidas como taxas, prazos, parcelas e condições de pagamento. Com efeito, todos os participantes souberam informar os prazos e valores, por exemplo, dos últimos empréstimos realizados, predominando o prazo de 72 meses, o máximo permitido aos aposentados e pensionistas do INSS, com parcelas que variavam de R\$ 103,50 a R\$ 300,00 reais, como mostrado no quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Parcelas e prazos de empréstimos realizados

q	Parcelas	Prazo	Bancos
E1	R\$ 280,00	72	Olé consignado
E2	R\$ 300,00	72	Bradesco
E3	R\$ 205,00	72	Itaú
E4	R\$ 200,00	72	Bradesco
E5	R\$ 189,00	72	Caixa/BB/Santander

E6	R\$ 113,52	72	Itaú
E7	R\$ 103,50	72	Mercantil do Brasil
E8	R\$ 112,00	72	Itaú

Fonte: dados da pesquisa.

Analizando a importância do interesse, por parte dos consumidores, pela busca por informações claras a respeito de produtos financeiros, faz-se necessário também destacar a realização de pesquisas prévias acerca do crédito consignado, por grande parte dos respondentes da pesquisa, onde o consenso é o da desconfiança perante a oferta do serviço.

Apesar da desconfiança, ou por causa dela, todos os respondentes afirmaram fazer todos os questionamentos possíveis acerca do serviço, embora também seja papel da instituição financeira fornecer o máximo de informação, para que o consumidor possa fazer uma escolha consciente do serviço que contrata. Porto (2014), afirma a corresponsabilidade das instituições financeiras sobre quaisquer consequências negativas que recaiam sobre o consumidor idoso, pela sua vulnerabilidade diante de um serviço que, se não ofertado de modo transparente e responsável, pode contribuir para um maior risco do endividamento desse público em particular. Isso porque, apesar de se declararem bem informados, a compreensão total dos trâmites para a aquisição do empréstimo consignado ainda não foi alcançada, pela necessidade de serem acompanhados por familiares ou terceiros para que os auxiliem na tarefa de entender e se sentir seguros quanto à informação que está sendo transmitida.

É importante observar, também, o fator da compreensão e consciência dos riscos inerentes a operações como essa, os quais não envolvem apenas aspectos de segurança como fraude, mas as consequências futuras que o empréstimo pode trazer para o indivíduo. Hubert (2016) menciona os efeitos que a expansão na oferta e demanda de crédito, e os relaciona com o endividamento e o superendividamento de pessoas que não conseguiram administrar bem as finanças pessoais, após a aquisição do empréstimo, efeito somente sentido por elas após a contratação do mesmo. Quando indagados sobre os impactos do serviço, cinco dos oito respondentes admitiram considerar negativos os seus efeitos, o que mostra que estão cientes dos riscos que vão além da segurança na operação financeira, mas que, ainda assim, realizam:

E5: Ah, negativas com certeza. Porque a gente se aperta né? Se aperta. E ganha menos, fica pendurado. Porque é mês viu, minha filha? É muito mês que a gente fica pendurado e depois tem que se apertar ou não dá. Fora que vicia né? Vicia. Se você não tiver cuidado, vicia porque eles ligam, ligam e você fica tentado. Eu não sei se é certo o que eles fazem, mas junta a necessidade e a vontade de fazer e você faz. É negativo com certeza.

E6: Negativas, né? Eu fiz refin, fiz cartão consignado, e isso vicia. Porque a maior armadilha tá na facilidade de pegar aquele dinheiro e gastar. Eu mesmo digo que me viciiei nisso. Eu reconheço. Vivem ligando pra você, oferecendo isso e aquilo, tem a comodidade de eu nem sair de casa pra assinar nada. Então vicia né? E vício é fogo, você não escapa. Aí o que dá é isso, eu acabo tendo que me apertar, deixar de pagar algumas coisas. Mas ainda é o jeito mais fácil de conseguir dinheiro.

Sobre a facilidade mencionada para a contratação do consignado e a sua relação com vício que essa gera, Batistella (2014) alerta para os riscos justamente relacionados com a aquisição de dívidas, pelo descontrole ou uso indiscriminado do crédito, os quais podem causar efeitos nocivos não só no aspecto financeiro, como em outras áreas da vida do indivíduo. Outro aspecto importante é o “aperto” no orçamento relatado pelos entrevistados, causados pelo número de empréstimos

feitos, já que a exceção de um, todos os demais respondentes afirmaram ter feito dois ou mais empréstimos consignados, o que suprime ainda mais a renda, como os mesmos destacam. Entretanto, quando indagados sobre a possibilidade de recorrer novamente ao crédito consignado em caso de nova dificuldade financeira, os oito entrevistados afirmaram que o fariam, alegando, principalmente, não considerar outras opções.

É interessante notar que entre todas as opções, mesmo com a desconfiança com o empréstimo consignado, os participantes ainda confiam nas instituições bancárias. A menção às baixas taxas do consignado também foram apontadas como razão para continuar fazendo os empréstimos, o que demonstra que pela familiaridade com o serviço, estejam mais conscientes de pelo menos alguns aspectos envolvendo o consignado no momento.

4.3 FINALIDADE DO CRÉDITO

Porto (2014) em seu estudo sobre a evolução do crédito e endividamento e superendividamento do aposentado e pensionista do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ao discutir a vulnerabilidade do consumidor idoso, aponta para o fato de que a maioria dos que recorrem a este tipo de crédito o fazem pela hipossuficiência financeira, visto que grande parte receber o valor de um salário mínimo como benefício, e muito de seu rendimento é gasto com medicamentos ou em auxílio para a família. Este uso do crédito termina por configurar-se como uma complementação da renda para os fins citados ou direcionados às necessidades que surgem no dia a dia, ou emergenciais, citados por todos os entrevistados:

E1: Meu salário, é [...] é baixo. Então eu tive que fazer para conseguir pagar uma geladeira aqui pra casa, uns “móvel”, e da última vez foi pra ajudar minha filha que ia ter menino. Então eu precisei fazer o empréstimo “pra” conseguir ajudar, sabe?

E5: O que me levou? Problemas de saúde e umas duas vezes foi reforma que a gente precisava fazer na cozinha, porque um cano estourou por dentro da parede. E depois tivemos que dar um jeito na fiação da casa, porque tava muito antiga, “vixe”, foi muito dinheiro.

Percebe-se que o consignado surge como uma alternativa financeira para eventuais gastos emergenciais, como problemas de saúde e o gasto com remédios, citado pelo entrevistado E5, reformas não planejadas, assim como situações adversas com as quais os demais participantes foram obrigados a lidar (assalto, desemprego, etc.). Contudo, destaca-se o uso do crédito para adquirir bens duráveis informado por outros participantes da pesquisa. A contratação do crédito para ajuda a familiares, principalmente os filhos, foi recorrente na fala de todos os participantes, sem exceção.

Dessa forma, os motivos expostos pelos entrevistados e o destino dado ao dinheiro adquirido pelo empréstimo, corroboram com os resultados da pesquisa realizada por Souza e Moretto (2014), que também verificaram como principais motivos para a busca pelo empréstimo consignado por idosos da cidade de Não-me-toque, no Rio Grande do Sul, questões de saúde, situações emergenciais que envolveram principalmente a família, como problemas financeiros enfrentados por filhos ou demais parentes, entre outros. Hubert (2016) também menciona em seus resultados sobre o endividamento e superendividamento de idosos aposentados do INSS na cidade de Porto Alegre, fatores como problemas de saúde, desemprego, como principais razões para que muitos buscassem recorrer ao consignado.

Portanto, pode-se perceber um padrão comum, independente de região, nos motivos pelos quais o público idoso procure essa alternativa de crédito, quando se analisa principalmente o seu entorno familiar. Souza e Moretto (2014) abordam, por exemplo, o fato de que muitos idosos não

terem se declarado pressionados por parentes para fazer um empréstimo consignado, embora perceberam que havia uma sensação de empoderamento por poder ajudar a um familiar com o dinheiro conseguido. A preocupação por pressão familiar na hora do empréstimo é válida, pois como alerta também Nóbrega (2011), há casos de abuso familiar contra idosos que contam apenas com o seu benefício e são forçados a fazer empréstimos para familiares.

Nesse tocante, todos os entrevistados nessa pesquisa declararam não terem se sentido pressionados por parentes, confirmando possuir autonomia na sua decisão, ainda que muitos afirmaram como motivos para tanto, a ajuda à família. De qualquer modo, todos os participantes afirmaram recorrer mais de uma vez ao empréstimo consignado, à exceção de uma pessoa que fez outra operação fora do consignado.

No que diz respeito ao planejamento ou realização de orçamento por parte dos entrevistados, há a unanimidade de não haver nenhum controle quanto a esse aspecto:

E1: Com certeza não. Nem tento fazer isso porque sempre aparece alguns gastos que eu nem pensava que ia ter. Remédio pra neto, pro marido, ou quebra alguma coisa aqui em casa que tenho que gastar. Eu até tento no começo do ano, mas desisto logo porque “num” tem jeito.

De acordo com a fala do entrevistado E1, verifica-se que a ausência de um orçamento é justificada pela falta de tempo e elaborar e realizar um e pela natureza emergenciais dos gastos, o que faz com que muitos desistam de anotar e acompanhá-los periodicamente, comportamento repetido, como dito, pelos demais participantes.

Os respondentes E5 e E6, reconhecem que o fato de não controlarem as finanças impactam no orçamento desequilibrado da família, o que confirma relação entre a falta de um controle adequado das finanças com o consequente desequilíbrio no orçamento. O entrevistado E6 afirma ainda saber que os empréstimos contribuem para que o orçamento seja prejudicado, dizendo que “segura as pontas” para conseguir chegar ao final do mês com algum saldo. Dentre os principais responsáveis pelo comprometimento da renda dos residentes de João Pessoa que participaram da pesquisa, os gastos com alimentação figuraram como principal “vilão” do orçamento familiar.

Por essa razão, seis dos oito entrevistados afirmaram que não consideram que a sua renda supra as despesas mensais, diante do pouco que recebem de benefício e considerando o número de empréstimos que possuem, o que compromete ainda mais a sua renda, como já mencionado antes. Esse despreparo e falta de planejamento financeiro faz com que as pessoas terminem por recorrer ao empréstimo para conseguir resolver as “emergências” do dia a dia. A partir do momento que não controlam e acompanham os gastos, elas não possuem uma visão real da atual situação financeira em que se encontram. Isso pode ser observado na fala da entrevistada E5, quem junto a mais outra participante, foram as únicas a afirmar estarem com as contas em dia

E5: Supre, porque somos só eu e meu marido, por isso nosso gasto não são muito altos, só procuro empréstimo em caso extremo de saúde ou quando precisamos fazer alguma reforma na casa. Ele não gosta de fazer empréstimo então faço no meu nome. Às vezes a gente se aperta um pouco, pra ajudar um filho ou outro de vez em quando. Mas todo mundo se ajuda um pouco mesmo quando falta dinheiro de vez em quando.

Como pode-se perceber, mesmo que a participante tenha declarado não atrasar muito, ou conseguir pagar as contas no final do mês, o fato de que também admitir que “se aperta” ou pede dinheiro a pessoas ou parentes, demonstra contradição no que diz, pois verifica-se que sua renda de fato não é capaz de suprir com tudo o que necessita, fazendo com que recorra a outras formas

de conseguir capital para tanto. Essa falta de noção da real situação financeira mostra que o fato de não acompanharem os seus gastos de forma devida dá ao indivíduo uma sensação errônea de controle sobre a sua renda. Dessa forma, como Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008), advertem, o planejamento financeiro configura-se como elemento importante para que as pessoas possam ter uma qualidade de vida, e defendem que as famílias, através de um bom planejamento financeiro, consigam adequar os seus rendimentos às suas necessidades. É por meio dele que poderão acompanhar as despesas e receitas recebidas, evitando gastos com coisas supérfluas e futuras dívidas.

Quando se menciona temas como a qualidade de vida, foi possível verificar na fala dos entrevistados o impacto negativo de um orçamento desequilibrado, justamente no padrão de vida que todos afirmaram desejar ter, mas que pela situação financeira na qual se encontravam, não podiam concretizar. Desse modo, as preocupações com as obrigações financeiras apresentam-se como um dos principais fatores que não permitem aos aposentados e pensionistas uma vida mais tranquila com respeito às finanças e que inevitavelmente impactam também nas condições em que essas pessoas vivem e na sua perspectiva de futuro, a partir do momento que admitem descontentamento com a impossibilidade de realizarem simples desejos como viagens ou passeios com a família.

4.4 PERCEPÇÃO DO CONSIGNADO

Diante do que já foi exposto, sobre as motivações para a realização do consignado no presente estudo, as necessidades referentes à saúde e auxílio financeiro a parentes e as situações emergenciais do cotidiano foram os principais fatores considerados na decisão de se adquirir o crédito oferecido por instituições financeiras. Com efeito, quando questionados acerca das percepções do crédito consignado, seis dos oito entrevistados declararam considerá-lo como ruim, afirmando ter ciência das consequências negativas para as suas finanças pessoais e familiares:

E2: Olha, pra mim, no final de tudo é ruim, porque como eu disse, vicia. É fácil e não tem ninguém olhando pela gente, pelos nossos “direitos”. Fora que já ouvi muita história de fraude, né? Mas o que que a gente vai fazer? Nada. Não tem nada que a gente pode fazer. Então o jeito é seguir como “tá”.

E5: Eu diria que ruim. Você acaba recebendo pouco, se aperta e aí quando vê só no seu contracheque os empréstimos. É ruim. Você acha que tá com muito dinheiro na mão, mas dinheiro acaba rápido né? E aí sua renda diminui.

Ambas as entrevistadas apontam ainda problemas como o vício pelos empréstimos já mencionado por outro respondente em questões anteriores, como dito por E2 e o abuso praticado pelas representantes e instituições financeiras que ligam repetidamente para os seus potenciais consumidores e pela insistência alcançam o seu objetivo. A entrevistada E5 ainda mostra conhecimento sobre um dos efeitos que o crédito adquirido causou em sua renda, diminuindo-a em virtude das parcelas do empréstimo. Pode-se perceber ainda que as tanto E2 quanto E5, afirmam não ter outra opção para recorrer. Esse fato também foi mencionado por outros participantes e o que levou os únicos entrevistados da pesquisa a considerar o empréstimo como bom:

E6: Olha, eu acho que com essas crises todas que a gente passa é bom ter essa opção. Mas eu sei que eles ganham muito por trás disso tudo. Os bancos botam taxa baixa, mas mesmo assim “tá” tirando dinheiro da gente. Eu acho que se for pesar é mais ruim do que bom. Tem muita gente que faz dívida. Um amigo mesmo fez várias. Porque depois, mesmo que você pague o que precisava com o empréstimo, você passa muito tempo sem receber o

que recebia antes. Isso é ruim entende? Eu não indicaria pra ninguém fazer, a não ser que precise muito. Eu errei quando fiz pra comprar besteira, mas eu precisava. Sem fogão não dá pra comer né? Vai cozinhar como? Mas eu vou me organizar pra depois que comprar o carro da minha filha, eu não faço mais.

E7: Eu vejo como bom, porque a gente que é pobre não tem de onde tirar mais. Eu quando precisei me ajudou bastante. Eu sei que eu tive que me apertar depois, mas quando a gente precisa a necessidade é maior. Eu vejo assim, se me ajuda, o que mais eu posso achar? Pelo menos é uma ajuda, uma saída. Eu vejo como bom.

Como retratam os entrevistados E6 e E7 o empréstimo consignado é visto como uma saída para os problemas que surgem e que a sua baixa renda os impossibilita de sanar, ainda que o julguem seus efeitos como ruim, onde inclusive o entrevistado E6 diz saber que mesmo com as baixas taxas, os juros ainda assim são responsáveis pela redução de seu rendimento ao final do mês. Embora que, quando questionados sobre se haviam feito algum corte no orçamento ou atraso nas contas após os empréstimos, cinco dos três participantes afirmaram não ter feito nenhum corte ou atraso nas contas do mês.

Adicionalmente, mesmo reconhecendo o empréstimo consignado em folha como ruim, novamente sete dos oito indivíduos entrevistados afirmaram que, caso atravessassem alguma dificuldade financeira, preferiam fazer um novo empréstimo a buscar outras formas de resolver os problemas:

E5: Sim, faria, porque os juros são menores e é mais seguro né? Como eu disse. Faria sim, porque não tem outro jeito. E as coisas estão difíceis né? Tão difíceis no país. Então eu faria sim.

E7: Eu procuraria outro empréstimo, com certeza. Eu não tenho outro jeito de resolver as coisas quando preciso de dinheiro, até porque minhas contas tão tudo bagunçada. Eu queria organizar as coisas, mas depois de tudo que aconteceu com meu neto eu e meu marido ainda não conseguimos ver como “ajeitar” as “conta” e o empréstimo é mais fácil e mais seguro do que qualquer outra coisa. Pra gente que não tem a quem pedir, é um socorro.

Como é possível verificar, a maioria acredita que a facilidade, juros baixos e a rapidez em fazer o consignado são fatores positivos que os levam a buscá-lo, além de ainda considerá-lo seguro diante de outras opções existentes no mercado. A preferência por parte da maioria dos indivíduos participantes da pesquisa por este tipo de empréstimo diante dessas características apontadas corroboram com os dados trazidos por Mora (2015) a respeito da evolução do crédito consignado no Brasil, que retrata inclusive o fenômeno do crescimento acima da média dessa modalidade de crédito no país.

5. CONCLUSÃO

Após análises, pôde-se concluir que, com relação às consequências do empréstimo consignado para o orçamento familiar, percebeu-se que entre elas estão o comprometimento da renda a longo prazo, o vício e a diminuição do poder de compra das famílias e dívidas, decorrentes da diminuição da renda. Os seus efeitos não são percebidos de imediato pela falta de um planejamento financeiro prévio por parte da maioria das famílias, o que poderia auxiliá-las a preparar-se para o impacto negativo no orçamento familiar durante o empréstimo. Essa situação os torna vulneráveis às principais consequências desse tipo de crédito em seu orçamento familiar: endividamento, diminuição e comprometimento da renda, afetando negativamente o padrão de vida das famílias e diminuindo seu potencial consumidor na economia local.

O endividamento, o comprometimento da renda e diminuição do padrão de vida já baixo piora a hipossuficiência financeira do público idoso que fez parte dessa pesquisa, e está presente nas falas de todos os respondentes quando mencionam que foram obrigados a “se apertar” financeiramente, referindo-se a contenção dos gastos no dia a dia, além da ênfase dada ao fato de saber recebem menos do que deveriam, a partir do momento que tem as parcelas descontadas diretamente de seu benefício e efeito dos juros sobre ele.

Desse modo, o descontentamento expresso por todos os respondentes acerca do baixo benefício que recebem e da impossibilidade de outra forma de conseguir crédito de modo mais seguro, que não sacrificasse tanto a sua renda, é confrontado com o desconhecimento de forma de controle da mesma, através de um bom e eficiente planejamento financeiro familiar que os possibilitem refletir de modo mais eficaz sobre como gerir o seu dinheiro antes e após a realização de um empréstimo consignado.

Essa carência expressa pelos participantes, evidencia a necessidade de se refletir sobre programas mais efetivos por parte de órgãos governamentais do estado da Paraíba, os quais devem envolver iniciativas em prol, não apenas de um maior esclarecimento acerca dos produtos financeiros presentes em instituições como bancos e correspondentes, mas da importância de elaborar um planejamento e orçamento financeiro familiar para evitar as consequências apontadas, pois as suas origens vão além da fonte e clareza de informações, já que atravessam questões como hábitos familiares com respeito a práticas de controle financeiro. Esse esforço em virtude de, não apenas de fornecer uma educação, mas também uma alfabetização financeira de qualidade para a população mais idosa, desses programas devem incluir também as instituições financeiras e de ensino, para garantir um maior alcance do público necessitado de ações educativas voltadas para o gerenciamento de suas finanças.

Cabe aqui citar como principal fator limitador para este estudo, a dificuldade em conseguir marcar entrevistas com os participantes em local mais apropriado que desse melhores condições de respostas, porém muitos agiram com desconfiança e declinaram do convite, sendo as entrevistas realizadas nas agências bancárias, o que influenciou na qualidade das respostas, sendo elas mais curtas e apressadas. Em virtude disso, duas das dez entrevistas foram descartadas.

Como sugestão para estudos futuros, é interessante realizar uma expansão do estudo da temática abordada, com um maior número de participantes para se ter um retrato mais fiel da atual situação desse público idoso em particular, abordando questões como hábitos de consumo, dados mais aprofundados sobre outras operações dentro do crédito consignado realizados pelos aposentados e pensionistas do INSS, e os seus efeitos no orçamento familiar. Cabe também, estudos voltados para a prática de um planejamento e orçamento financeiro por parte das famílias paraibanas.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, A.; MESSY, F. A. Assessing financial literacy in 12 countries: An OECD pilot exercise. Netspar Discussion Paper. vol. 10, issue 04, 657-665, 2011.
- BARBOSA, J. S.; SILVA, M. A.; PRADO, R. A. D. P. Orçamento Doméstico: Sondagem de Opinião do Consumidor do Pontal do Triângulo Mineiro. **Revista de Administração e Contabilidade. Feira de Santana**, v.6, n. 2, maio-ago. 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2006, p. 229
- BARONE, F.M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.42, n. 6, nov. Dez. 2008.

BATISTELLA, C. Consumo e endividamento na classe média brasileira no início do século XXI. 2014. 87 Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

BUSETTI, Lucas. Gerenciamento financeiro pessoal: Modelo de planejamento e controle para a construção patrimonial. 2012. 168 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CARLS, L. G.; DALRI, M. K. Aposentado do INSS com crédito consignado em uma instituição financeira bancária (2013): um estudo de caso. UNIJUI, nov. 2015.

DUARTE, T.; CAMPOS, C. Conscientização para programação do orçamento familiar nos grupos de terceira idade em caçador. **Revista Visão: Gestão Organizacional**. Periódico Interdisciplinar do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Caçador-SC, v.3, n.1, p.56-65, jan./jun. 2014.

GAIOTTO, S. A.V.; SARRES, T.G.; CAMPO, J. C. Análise do comportamento financeiro e orçamentário de famílias de classe C em Maringá-pr. *Semana Acadêmica Fatecie*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 12, sep. 2017. ISSN 2526-6659.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, p.20-29, maio 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HALLES, C. R., SOKOLOWSKI, R.; HILGEMBERG, E. M. 2008. O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida. *Anais do Seminário de políticas públicas no paraná: escola do governo e universidades estaduais*, Curitiba, PR, Brasil, 1.

HUBERT, S. O tonel das Danaides: Consumo a crédito, superendividamento e a espoliação dos vulneráveis no Brasil contemporâneo. 2016. 160 f. Disserta o (Mestrado) - Curso de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LEAL, C. P.; NASCIMENTO, J. A. R. Planejamento financeiro pessoal. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 15, p.1-24, 13 nov., São Paulo: 2012.

MIOTTO, A. P. S. C.; PARENTE, J. Antecedents and consequences of household financial management in brazilian lower-middle-class. **Revista de Administra o de Empresas**, v. 55, n. 1, p.50-64, jan.- fev. 2015. *FapUNIFESP (SciELO)*.

MORA, M. A Evolu o do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para Discussão n.2022). Disponível em:< <http://repositorio.Ipea.gov.br/handle/1058/3537>>. Acesso em: 24 mar. 2018

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administra o: Potencial e Desafios. **Revista de Administra o Contemporânea**, v. 15, p.731-747, 2011.

NOBREGA, R.S. Os contratos de oferta ao crédito e a defesa do consumidor idoso. 2011. 66 f. TCC (Gradua o) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

PIRES, M.C. (Org.). **Economia Brasileira: da col nia ao governo Lula**. 2 ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTO, E. A. Evolu o do crédito pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado. 2014. 161 f. Disserta o (Mestrado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

POTRICH, A.C.G.; VIEIRA, K.M.; CERETTA, P. S. Nível De Alfabetização Financeira Dos Estudantes Universitários: Afinal, O Que É Relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v.12, n. 3, p. 314-333, 2013.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do Planejamento Financeiro no processo de endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 05-17, set. 2014.

SAVOIA, J.; SAITO, A.; SANTANA, F. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, 2007, pp. 1121-1141.

SOUZA, B. O., MORETTO, C. F. Entre a razão e a emoção: a tomada de crédito consignado pelos idosos. **Revista Brasileira de Ciências do Desenvolvimento Humano**. Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 75-88, jan./abr. 2014.

VASCONCELOS, A. M.; SILVA, N. M.; FONTES, M. B. O consumo dos serviços de crédito por idosos do Programa Municipal de Terceira Idade de Viçosa, MG. **Signos do Consumo**, v. 9, n. 1, p. 94-106, jan./jul. 2017.